

Boa Vista do Inkra – RS, 27 de junho de 2024.

Parecer Técnico Jurídico nº 122/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 076/2024

AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DA PRIMEIRA REVISÃO DA MOTONIVELADORA MARCA XCMG, MODELO GR 1803BR, ANO 2023, PATRIMÔNIO 04.02.02.0007, E TAMBÉM DO ROLO COMPACTADOR MARCA XCMG, MODELO XS123BR, ANO 2022, PATRIMÔNIO 04.02.05.0003.

DAS CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS:

Parecer: Jurídico/opinativo.

Interessados: Setor de Assessoria de compras e contratações do Município de Boa Vista do Inkra (RS)

Consulta-nos o Setor de Assessoria de compras e contratações, visando obter resposta à questão jurídica relacionada ao Processo Administrativo de Compras e serviço nº 076/2024.

Partindo-se, portanto da premissa que a regra é a licitação e a exceção a contratação direta, é necessário explicar a forma de contratação direta, a qual foi resumida pela Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 como dispensa.

Na dispensa, artigo 75, a licitação seria em tese possível, em face de uma necessidade pública específica e a existência de bens ou serviços disponíveis, em quantidades tais a justificarem uma licitação. Contudo, razões de ordem superior, relacionadas à satisfação de interesse público, também merecedor de imediata acolhida, justificam uma contratação direta, sem recurso a licitação.

Todavia, mesmo na hipótese de dispensa, o administrador público não está inteiramente livre para contratar. É preciso a observância de determinados requisitos legais e constitucionais, os quais devem estar devidamente demonstrados nos autos do procedimento de dispensa.

Após a análise da documentação anexo ao expediente, verifica-se que o procedimento licitatório a ser adotado, pelos valores expressos, é inciso I do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, essa é aplicação legal:

Art. 75. É dispensável a licitação:

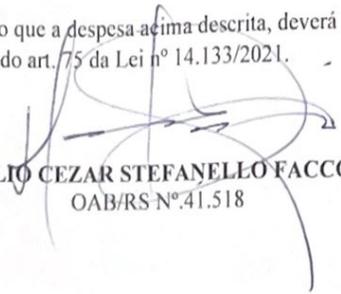
I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de *serviços de manutenção de veículos automotores*;

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), **no caso de outros serviços e compras**;

Lembrando que os limites das dispensas de licitação a que se referem os incisos I e II do artigo 75, cujos valores para o exercício de 2024 devem ser inferiores a R\$ 119.812,02 e R\$ 59.906,02, respectivamente.



Por todo o exposto, entendo que a despesa acima descrita, deverá seguir o rito de dispensa de licitação, na forma do inciso I do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.



JULIO CEZAR STEFANELLO FACCO
OAB/RS Nº.41.518